Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/t0svmv79

A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR

THE INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES IN REGULAR EDUCATION

Cidimar Andreatta
Doutor em Ensino de Matemática, Faculdade de Ensino Superior de Linhares, Brasil,
E-mail: cidimar.andreatta@faceli.edu.br

Ana Carolina Nascimento Totola
Mestra em Administração e Ciências Contábeis, Prefeitura Municipal de Colatina, Brasil,
E-mail: a.carolina.nt@gmail.com

Eveline da Silva Rodrigues
Mestra em Administração e Ciências Contábeis, Prefeitura Municipal de Colatina, Brasil,
E-mail: rodrigueseveline@hotmail.com

Bruno Paula da Silva Ferraz
Mestrando em Tecnologias Emergentes na Educação, Prefeitura Municipal de Colatina, Brasil,
E-mail: brunopsf@gmail.com

Mayra Dias Inácia
Mestranda em Tecnologias Emergentes na Educação, Prefeitura Municipal de Colatina, Brasil,
E-mail: mayra_dias17@hotmail.com

Recebido: 15/09/2025 – Aceito: 29/09/2025

Resumo

O presente artigo propõe uma discussão sobre a inclusão e a acessibilidade de crianças com deficiência no ensino regular de escolas públicas, bem como investiga se tais crianças estão sendo integradas efetivamente em sala de aula, se os professores estão preparados pedagogicamente e se estão realizando um planejamento com base nas necessidades das crianças. Propõe ainda discutir a relação das crianças com deficiência em relação as demais crianças da escola e comunidade escolar. A pesquisa é de natureza qualitativa, sendo os dados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com professores, pedagogos e estagiários do curso de pedagogia que acompanham os alunos com deficiência. Os resultados da pesquisa evidenciam a necessidade de formação continuada dos professores para atuarem com essas crianças, bem como a melhoria da estrutura física das escolas.

Palavras-chave: Acessibilidade; Criança; Deficiência; Educação Especial.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/t0svmv79

Abstract

This article proposes a discussion on the inclusion and accessibility of children with disabilities in regular public school education. It also investigates whether these children are being effectively integrated into the classroom, whether teachers are well-prepared pedagogically, and whether they are planning based on the children's needs. It also discusses the relationship between children with disabilities and other children in the school and the school community. This is a qualitative study, with data collected through semi-structured interviews with teachers, pedagogues, and interns in the pedagogy program who supervise students with disabilities. The research results highlight the need for ongoing teacher training to work with these children, as well as improvements to the physical infrastructure of schools.

Keywords: Accessibility; Child; Disability; Special Education.

1. Introdução

O direito à educação já está garantido desde a Constituição Federal de 1988, por meio do artigo 205, que visa à educação como um direito de "todos" e dever do Estado e da família. Nesse sentido de garantia de direitos é que a Educação Especial está amparada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, que conceitua essa educação como uma modalidade de ensino que deve ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino. (Brasil, 1996).

Entretanto, mesmo com a garantia por lei, podemos perceber em nosso contexto escolar que a inclusão caminha a passos lentos, já que alguns estudantes não recebem o atendimento necessário por parte da equipe escolar e são de certo modo excluídos do processo educacional.

> "[...] há uma grande preocupação no que diz respeito a uma política inclusivista de pessoas deficientes no seio da escola regular, com apoio técnico, um atendimento digno e de qualidade em relação a recursos materiais, físicos e profissionais" (DRAGO, 2011, p.67).

Há alguns anos a educação especial era oferecida em estabelecimentos separados aos das escolas regulares, em que os alunos ditos "normais" não interagiam com as crianças com necessidades especiais. Essas instituições em que as crianças recebiam atendimento eram não governamentais e somente a partir de um olhar modificado para a educação essas instituições, como as APAES

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/t0svmv79

(Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), passaram a receber um apoio financeiro por parte do governo.

A história de inclusão no contexto escolar volta a mudar quando após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional regulamenta a obrigatoriedade do atendimento dos estudantes com deficiência no ensino regular.

Após a LDBEN vieram outras legislações oficiais que foram sistematizando o atendimento desses estudantes e ampliando o direito à educação pública e de qualidade. A lei (Brasil, 2002), destaca a necessidade de adaptações tanto físicas quanto pedagógicas e de pessoal, em virtude das necessidades apresentadas pelos alunos com deficiências.

Nesse sentido, este artigo apresentou, nesta introdução, aspectos que caracterizam a Educação Especial. Na seção seguinte apresentamos aspectos teóricos da Educação Especial que estão referenciados na legislação oficial brasileira. Após os aspectos teóricos, apresentamos a parte metodológica da pesquisa articulada aos resultados e discussão dos dados analisados. Na parte final, apresentamos as Considerações Finais e as referências.

2. Aspectos Teóricos

2.1 A Educação Especial a Luz da Legislação Oficial Brasileira

A Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, é um direito constitucionalmente assegurado no Brasil, fundamentando-se em um conjunto de leis, decretos e resoluções que visam garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em classes comuns do ensino regular.

A principal legislação é a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Em seu Artigo 205, ela estabelece a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/t0svmv79

Especificamente, o Artigo 208, inciso III, garante o "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino" (Brasil, 1988). Essa preferencialidade é a base para a política de inclusão.

Complementando a base constitucional, a LDBEN, Lei nº 9.394/96, dedica o Capítulo V exclusivamente à Educação Especial. A LDBEN define que esta modalidade deve ser oferecida em todos os níveis e modalidades de ensino (Brasil, 1996), enfatizando a necessidade de que os sistemas de ensino assegurem currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades.

Outro grande marco fundamental para a consolidação da política inclusiva é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, lançada em 2008. Embora não seja uma lei, ela reorientou as práticas educacionais e serviu de base para legislações posteriores, formalizando a inclusão e o papel central do Atendimento Educacional Especializado - AEE.

O AEE é regulamentado pelo Decreto nº 6.571/08 e, posteriormente, pelo Decreto nº 7.611/11. Esse último dispõe sobre a educação especial e o AEE, reiterando o dever do Estado com a educação da Pessoa com Deficiência - PcD, Transtornos Globais do Desenvolvimento - TGD e Altas Habilidades ou Superdotação - AH/SD. O Decreto nº 7.611/11 é claro ao estabelecer o AEE como um serviço de apoio pedagógico que deve ser oferecido prioritariamente nas Salas de Recursos Multifuncionais - SRM e que não deve ser substitutivo à escolarização, mas complementar ou suplementar a ela (Brasil, 2011).

O maior avanço normativo recente é a Lei nº 13.146/15, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI ou Estatuto da Pessoa com Deficiência. A LBI inovou ao adotar um modelo social de deficiência e reforçou o direito à educação inclusiva. Ela estabelece, em seu Artigo 28, uma série de deveres ao poder público para garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades. A LBI proíbe expressamente a cobrança de valores adicionais por instituições privadas de qualquer nível para a prestação de serviços de apoio e adaptações razoáveis necessárias à inclusão (Brasil, 2015).

Nesse contexto legislacional, percebemos em nossos ambientes escolares uma integração básica e não uma inclusão como deveria ocorrer na realidade.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/t0svmv79

Muitos alunos com deficiência não recebem a educação da forma como deveriam, pois, a inclusão acontece na maioria dos casos de forma errônea.

Contudo, a presença do aluno com deficiência na educação básica vem se intensificando nos últimos anos, porém esta presença nem sempre é bem-vinda por conta da falta de experiências anteriores de trabalho com essa clientela. Devemos considerar a necessidade de preparo da escola para receber o estudante com deficiência, incluindo neste preparo um curso de formação para todos os envolvidos no processo educacional. Apesar da importância do preparo e da formação profissional, estes por si só, não modificam as práticas, sendo importantíssimo a interação com os outros colegas.

> ”[...] Porque eles aprendem não apenas com a interação entre os professores-adultos, mas nas interações entre si. Os aprendizes se ajudam uns aos outros a aprender, trocando saberes, vivências, significados, culturas.” (Arroyo, 1998, p. 41).

Nesse contexto de interações entre professor e estudante é que se configura o Atendimento Educacional Especializado como uma ponte de trabalho colaborativo entre estudante, professor regular e o professor especializado.

> “[...] As atividades desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas às autonomia e independência na escola e fora dela”. (BRASIL, 2007, p. 16).

3. Metodologia

A pesquisa surgiu por meio de questionamentos sobre a integração total das crianças com deficiências nas escolas regulares. Muitas vezes a escola oferece rampas de acesso, banheiros e portas adaptados, sendo que a adequação do ambiente não é o mais importante, já que na maioria das vezes os professores não tem formação significativa, tempo de planejamento e apoio pedagógico, além dos alunos ditos “normais” não saberem como agir com os colegas que apresentam algum tipo de deficiência.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/t0svmv79

Neste sentido, procuramos perceber até que ponto acontece à inclusão em salas de aulas regulares. Preparamos um questionário com quatro perguntas abertas relacionadas à formação dos profissionais da educação. São elas: 1- Em sua escola todas as crianças com deficiência estão integradas e participam das atividades?; 2- Hoje as escolas estão adaptadas para receber essas crianças?; 3- Os professores estão preparados para trabalhar com essas crianças de forma diferenciada?; 4- Como é o convívio dessas crianças com os demais colegas da escola?.

Procuramos analisar o acesso à educação, o trabalho diferenciado por parte do professor e o relacionamento com os demais alunos, procurando entender também o papel da escola no processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno com deficiência.

> "[...] As escolas precisam discutir sobre escola inclusiva para que reflitam sobre a forma como estão avaliando as crianças, como está sendo feito o currículo, entre outros aspectos que compõem o universo escolar. A escola não pode fugir de seu compromisso, transferindo para outras instâncias o que é de sua responsabilidade." (MACHADO, 2009, p. 71)

As perguntas foram respondidas por professores do ensino regular das redes municipal e estadual, incluindo professores de salas de recursos e professores das salas regulares.

A análise das perguntas encontra-se alicerçada nas considerações de Minayo (2013), sendo de natureza qualitativa, pois foram respondidas questões muito particulares da prática dos docentes, conforme evidencia a citação abaixo.

> "[...] Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantidade. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes [...]" (MINAYO, 2013, p. 21)

Nosso objetivo é analisar como se dá a acessibilidade das crianças ao ensino regular, se estão sendo integradas do modo correto em sala de aula, se seus professores estão, além de bem-preparados teoricamente, estão realizando um planejamento com base nas necessidades das crianças e se estas crianças estão sendo bem recebidas e bem tratadas pelos colegas da escola. As perguntas

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/t0svmv79

foram aplicadas a 22 entrevistados, onde eles expuseram suas opiniões quanto à educação especial, de acordo com a realidade em que atuam.

4. Resultados e Discussão

Percebemos por meio das respostas dos entrevistados que cada um tem uma opinião singular sobre inclusão de crianças com deficiência no ensino regular. Após análise minuciosa das respostas da primeira pergunta em que a maioria dos entrevistados não compreende por que as crianças não estão integradas nas atividades escolares.

A inclusão anda a passos lentos, pois os estudantes estão parcialmente incluídos nas atividades escolares, não realizam todas as tarefas de sala de aula e ainda necessitam de ajuda, esforço e empenho de todos os colaboradores e principalmente do planejamento do professor. Destacamos a resposta do professor "A" em relação a primeira pergunta.

> "*Atualmente há um grande esforço para que as crianças com necessidades especiais tenham uma integração nas atividades escolares. Entretanto, nem todas participam das atividades, muitas vezes, por que o professor não tem qualificação profissional ou não está preparado".*

algumas escolas ainda não estão totalmente adaptadas para atenderem essas crianças, algumas não têm estrutura como rampas, banheiros e portas adaptadas, outras tentam adaptar-se através de pequenas reformas, mesmo assim não atendem todas as necessidades, pois mesmo havendo estrutura sua maioria não tem uma equipe preparada para o trabalho com essas crianças. Apresentamos assim a fala do professor B:

> "*Em sua maioria não há escolas adaptadas para um tipo ou mais de necessidades especiais, raramente abrange todos, já que é difícil encontrar um interprete para crianças surdas, um áudio descritor para crianças cegas, mesmo o local possuindo rampas para outras necessidades".*

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/t0svmv79

Considerando as respostas analisadas na terceira pergunta a maioria dos professores não tem o preparo necessário para lidar com essas crianças e ao invés de trabalharem de forma diferenciada utilizam os mesmos métodos com todos os alunos, apenas alguns professores recebem formação específica e procuram a melhor forma de trabalhar com base nas deficiências dos seus alunos. As maiores dificuldades enfrentadas pelos professores estão no planejamento e na falta de apoio pedagógico por parte da equipe gestora da unidade escolar. Destaca-se assim a fala do professor C:

> *"O professor que recebeu formação e está em contato permanente com teorias e práticas pedagógicas voltadas para esta realidade consegue atender de forma diferenciada o aluno com necessidades especiais. Mas ainda há um grande número de professores sem formação e outros em processo de formação, ainda sem preparo, não estão qualificados para agir nesse campo".*

Avaliando as respostas contidas na quarta pergunta percebemos que, em relação ao convívio com os colegas, os entrevistados, em sua maioria, consideram que as crianças têm um bom convívio, pois estas são menos preconceituosas e convivem de forma agradável, onde as crianças com deficiência são integradas pelos próprios colegas. Infelizmente, uma maioria dos entrevistados acreditam que não há interação, pois algumas crianças não sabem como interagir com o colega especial e que este convívio ocorre melhor na educação infantil. Destaca-se a fala do professor D:

> *"Na realidade em que vivo, não há interação dessas crianças com os colegas, eles até têm medo dessas crianças pelos seus comportamentos diferentes".*

Diante das falas descritas pelos entrevistados percebe-se que há muito desafios que precisam ser superados que vão desde a formação dos professores, apoio institucional quanto a inclusão de estudantes com deficiências no ensino regular, falta de materiais pedagógicos apropriados e falta de estrutura física que garanta acessibilidade e equidade nos atendimentos regulares.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/t0svmv79

As lacunas na formação de professores em se tratando da educação especial é evidente e comprovada por meio de pesquisas científicas. Michels (2017), ressalta que a formação precisa ir além dos aspectos teóricos, desenvolvendo **habilidades práticas** para o dia a dia em sala de aula e incentivando o **trabalho colaborativo** entre o professor do ensino regular e o professor da Educação Especial.

A formação tradicional, muitas vezes de base acentuadamente médica ou psicológica, não oferece o suporte pedagógico necessário para lidar com a diversidade e flexibilizar o currículo. Assim, a superação dos desafios da Educação Inclusiva passa, obrigatoriamente, por um investimento em uma **formação docente reestruturada**, que capacite os profissionais a romperem com as "amarras tradicionais" e a construírem um ambiente educacional verdadeiramente acessível e equitativo. (Michels, 2017).

5. Conclusão

A pesquisa propôs discutir a inclusão de estudantes com deficiência em escolas regulares, nas redes municipais e estadual, além de analisar também se ocorre formação continuada e apoio pedagógico para os profissionais que trabalham com esses estudantes.

Para que fizéssemos as análises contamos com a colaboração de profissionais atuantes buscando explorar a experiência daqueles que lidam diretamente com o público-alvo dessa pesquisa.

A escola é um ambiente voltado ao aprendizado das crianças com deficiência e precisa ter espaços na mesma, para atendimento a essas crianças. Para que a inclusão ocorra de fato, precisam ser realizadas mudanças significativas, tanto no espaço físico, o que já vem ocorrendo em algumas escolas, quanto na forma de realização e organização do trabalho pedagógico, de forma diferenciada e responsável.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/t0svmv79

Aspectos como diálogo e interação precisam estar sempre em meio ao trabalho dos professores para que a criança com deficiência se sinta devidamente incluída e sua aprendizagem seja efetivada.

Acreditamos, de acordo com os dados da pesquisa, que nossas escolas não estão devidamente preparadas para a realização da educação especial, ou seja, nossas escolas, não são inclusivas de fato, significando então que para o cumprimento legal do acesso à criança com deficiência na rede regular de ensino, são necessárias mudanças que envolvam aspectos estruturais, econômicos, de recursos humanos e principalmente pedagógicos e formação continuada para professores.

É importante destacar que algumas crianças possuem sérios comprometimentos físicos e patológicos, que na maioria das vezes, não é possível a realização do atendimento dessas crianças na escola regular.

Referências

ARROYO, M. G. **Oficio de Mestre: Imagens e Autoimagens**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência**). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2011.

BRASIL. **Politica de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf> Ministerio da Educação/Secretaria da Educação Especial. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** 2. ed. Atualizada. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/t0svmv79

BRASIL**. Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1988.

DRAGO, Rogério. **Inclusão na Educação Infantil**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

MACHADO, Rosângela. **Educação Especial na Escola Inclusiva: Políticas, Paradigmas e Práticas.** São Paulo: Cortez, 2009.

MINAYO, **Pesquisa social: Teoria, Método e Criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2013.

MICHELS, M. H. Formação de professores para a educação especial. In: ARRUDA, A. A. (Org.). **Educação especial: desafios e possibilidades**. Florianópolis: GEPEEP/CED/UFSC, 2017.